

Meneguelli insiste: o Brasil não deve pagar.

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, apontou ontem quatro alternativas que, segundo ele, "o governo deveria seguir" para desviar a economia do caminho da recessão e desemprego: tomada de posicionamento radical e oficial pelo não-pagamento da dívida externa; estatização do sistema financeiro; alteração na política de comércio exterior, com vistas a concentrar importações junto aos países da América Latina e, finalmente, a estocagem de matérias-primas. Ao anunciar a posição oficial da entidade em relação à decisão do governo de suspender o pagamento dos juros da dívida, o líder da CUT reiterou ontem que "a iniciativa nada mais é do que uma declaração de falência do País" e que "tudo faz parte de negociação com o próprio FMI para futura retomada do pagamento do endividamento". E não é isto o que quer a CUT.

Meneguelli esforçou-se para tentar mostrar à imprensa que se o presidente Sarney conseguiu convencer a população de que esta foi uma medida política para evitar maiores ferimentos na economia do País, então ele "enganou a todos, porque a opção nada mais é do que uma saída técnica e óbvia por partir de uma nação cujas reservas cambiais estão completamente esgotadas". A interpretação dada pelo governo à sua própria decisão, segundo o presidente da CUT, "estaria correta se tomada antes de os cofres serem esvaziados para a sustentação do Plano Cruzado".

Ironicamente, o líder da CUT considerou o cruzado como "o cabo eleitoral mais caro da história do País". Auxiliando Meneguelli nas explicações mais técnicas, o economista Aluísio Mercadante, assessor da CUT, lembrou que a Nova República gastou "às vésperas das eleições de 15 de novembro" nada menos do que um bilhão de dólares na importação de carne, leite — "contaminado" — e café, "com o único intuito de conquistar popularidade com a sustentação do congelamento de preços".

Dai a idéia da CUT de estocar matéria-prima. Segundo Mercadante, o governo não precisaria recorrer à importação se os recursos gastos tivessem sido utilizados para estocar os produtos. Já a intervenção no comércio exterior significa, segundo Mercadante, seguir uma política de importação estratégica, "que nos leve a depender menos dos países credores e mais dos endividados, como o resto da América Latina".

Aluísio Mercadante avalia a atitude do governo como uma forma de promover um "reajuste recessivo, comparável ao do início da década". Por isso, alerta o economista, "quem vai pagar a conta é o trabalhador, com o arrocho salarial, acompanhado do desemprego". Mercadante prevê incontável "colapso" na economia do País, dada à interrupção dos investimentos públicos e privados — uma vez que as taxas de juros já alcançam 1% ao dia.

Ao concluir que não houve nenhuma mudança na política econômica — "porque o que está aí não é moratória nem muito menos suspensão da dívida" —, Jair Meneguelli disse que, assim como Sarney pediu a união dos brailleiros, ele, como presidente da CUT, vai solicitar a união dos trabalhadores contra o pagamento da dívida externa e contra "esse conjunto de mentiras".

Uma medida positiva, mas que isolada não propicia condições para o pacto social. Assim repercutiu, nas confederações nacionais de trabalhadores, a decisão do governo em suspender o pagamento de juros da dívida externa em prazo indefinido. Para início de negociações de um entendimento social, os sindicalistas acreditam ser imprescindível um conjunto de decisões que redundem em crescimento econômico, um dos itens da pauta de reivindicações do movimento sindical.

"Só compreendo a medida se o dinheiro que permanecer aqui for utilizado em investimentos que gerem empregos", disse José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A seu ver, a suspensão do pagamento de juros é um primeiro passo, mas que deve ser acompanhada da baixa da taxa de juros e da reforma agrária, como algumas das reivindicações imprescindíveis que unidas representariam o interesse nacional.